

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.191.619 - SP (2017/0272993-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ELISABETE FERREIRA
ADVOGADO : ROBSON SARDINHA MINEIRO E OUTRO(S) - SP131565
AGRAVADO : IDAIR ALMEIDA REIS
ADVOGADOS : OLAVO APARECIDO DE ARRUDA CÂMARA - SP040519
EDSON HIGINO DA SILVA - SP123826
MARCIA REGINA LIMA PROENÇA E OUTRO(S) - SP301339

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **ELISABETH FERREIRA**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 206/208 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 143, e-STJ):

APELAÇÃO. Ação de cobrança julgada improcedente, por ausência de indicação da 'causa debendi' para emissão dos cheques e notas promissórias objeto da lide. Hipótese em que a ação não está fundada apenas nos títulos, mas também em instrumento de confissão de dívida, o que afasta a necessidade de indicação da 'causa debendi'. Prática de usura não comprovada.

Desnecessidade de impugnação especificada acerca da matéria, mas sim de prova dela, por parte de quem a alega. Ré que não se desincumbiu do ônus da prova que lhe competia, nos termos do art. 333, I, do CPC.

Ausente, ademais, demonstração, pela prejudicada, de verossimilhança da alegação, tal como prevista no art. 3º, da Medida Provisória 2.172-32/2001. Ação ajuizada dentro do prazo prescricional respectivo. Débito existente e confessado. Pagamento parcial demonstrado e que, portanto, deve ser abatido.

Necessidade de apuração do 'quantum' efetivamente devido. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido, para julgar a ação parcialmente procedente, para determinar o pagamento do débito, abatidos os valores das parcelas pagas, cujos recibos se encontram nos autos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 154/157, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de cobrança visando o recebimento de valores. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido. O Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 128, do CPC/73, 940, do CC/02, 62, Lei 7.357/85 e 84, da Lei 8.981/95. Sustenta, em síntese, que: i) o acordo firmado não poderia servir como causa debendi; ii) a parte recorrida deve ser condenada ao pagamento em dobro, pois deixou de realizar a compensação dos valores pagos; e, por fim iii) não pode ser utilizada a taxa selic para atualização do débito.

Contrarrazões às fls. 183/191, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de ausência de prequestionamento, bem como rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 224/233, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices elencados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 242/250, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. No que respeita à afronta do disposto nos artigos 940, do CC/02 e 84, da Lei 8.981/95, incide, na espécie, o Enunciado n. 282, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não tiveram o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, reformou a sentença de improcedência, pois entendeu que a parte recorrida logrou em comprovar o seu crédito. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fl. 145, e-STJ):

"[...] O autor, por sua vez, **comprovou através da apresentação do aludido instrumento de confissão de dívida e das cópias dos títulos de crédito que o embasam ser credor da importância reclamada**, não sendo razoável pensar que a ré assumiria dívida de considerável importância, quantia, sem nada dever. [...]".

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO PARA, DE PLANO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A matéria inserta no artigo 884 do Código Civil não foi objeto de discussão no acórdão recorrido e, também não poderia, pois se trata de indevida inovação recursal, por não ter sido devolvida à apreciação do Tribunal a quo em momento oportuno (no caso, nas razões de apelação). Ausência de prequestionamento. Incidência das Súmulas 282/STF e

211/STJ. Precedentes.

2. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar pelos danos morais pleiteados, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 981.789/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A alegação de afronta ao art. 535 do CPC/73 de forma genérica, sem efetiva demonstração de omissão do Tribunal a quo no exame de teses imprescindíveis para o julgamento da lide, impede o conhecimento do recurso especial ante à deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Não fica configurado julgamento extra petita quando o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial, pois o "pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita". (AgInt no REsp 1088528/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2016). Na hipótese, a lide foi apreciada nos termos do pedido e da causa de pedir, razão pela qual não há falar em decisão extra petita.

3. A Corte Estadual concluiu pela legitimidade passiva da recorrente para a causa. A reforma do acórdão impugnado, neste aspecto, demandaria inegável necessidade de reexame de matéria fática probatória, providência esta inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

5. A análise da insurgência com relação ao valor indenizatório arbitrado pelas instâncias ordinárias esbarra na vedação prevista na Súmula 7 do STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisórias ou exorbitantes as quantias fixadas, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos. Precedentes.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 906.791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 03/10/2017)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

